



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº	35011.003644/2006-17
Recurso nº	999.999 Embargos
Acórdão nº	2301-004.047 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	14 de maio de 2014
Matéria	Embargos de Declaração
Embargante	RECEITA FEDERAL DO BRASIL DRF - MANAUS
Interessado	ESTADO DO AMAZONAS

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/2006 a 31/12/2007

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 65 DO RICARF.

Havendo contradição no acórdão proferido deve-se acolher os embargos para sanar o vício existente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) em acolher os embargos, nos termos do voto do Relator; b) em corrigir o período citado, nos termos do voto do Relator

Marcelo Oliveira - Presidente.

Adriano Gonzales Silvério - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcelo Oliveira (presidente da turma), Wilson Antonio de Souza Correa, Bernadete de Oliveira Barros, Manoel Coelho Arruda Junior, Mauro José Silva e Adriano Gonzales Silvério.

Relatório

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 17/07/2014 por ADRIANO GONZALES SILVERIO, Assinado digitalmente em 25/08/2014 por MARCELO OLIVEIRA, Assinado digitalmente em 17/07/2014 por ADRIANO GONZALES SILVERIO
Impresso em 28/08/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

A Delegacia da Receita Federal do Brasil retorna esses autos a esse E. Conselho em virtude de verificar no v. acórdão proferido pela 1^a Turma de 3^a Câmara da 2^a Seção do CARF, divergência no período de apuração do débito.

Sustenta que o período de apuração do débito citado na ementa do Acórdão é 01/05/1995 a 31/12/1998, o qual diverge do período citado nos itens 5 e 7 do voto.

Por meio do despacho 2301-103 os embargos foram admitidos.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Adriano Gonzales Silvério

Verificando os autos, tem-se que o período autuado está compreendido entre as competências de maio de 1995 a dezembro de 1998, conforme comprova o TEAF de fls. 127 dos autos. Há, portanto, mero erro material a ser corrigido, que leva, num primeiro momento a uma aparente contradição.

Ante o exposto, VOTO no sentido de CONHECER os embargos de declaração e DAR-LHES PROVIMENTO para retificar o acórdão embargado a fim de suprimir a contradição apontada, para deixar claro que o período objeto da autuação está compreendido entre as competências de 05/1995 a 12/1998.

Adriano Gonzales Silvério - Relator